

**Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras  
- CTPOAR -**

**Ata da 116ª Reunião**

Data: 03 e 04 de outubro de 2017

Hora: Dia 03/10: 14h30 às 18h00

Dia 04/10: 09h00 às 17h00

Local: SEPN 505 (W2 Norte), Lote 2, Bloco B, Subsolo 1, Sala S-01 (dia 03/08), Brasília/DF

**REPRESENTANTES:**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA:** Maria Emília Borges Alves  
([maria.emilia@agricultura.gov.br](mailto:maria.emilia@agricultura.gov.br));

**Ministério do Meio Ambiente/ANA:** Luiz Henrique Pinheiro Silva ([luizhenrique@ana.gov.br](mailto:luizhenrique@ana.gov.br));

**Ministério do Meio Ambiente/SRHQ:** Mirela Garaventa ([mirela.garaventa@mma.gov.br](mailto:mirela.garaventa@mma.gov.br));

**Conselhos Estaduais - MG/ES:** Thiago Figueiredo Santana

([thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br](mailto:thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br));

**Conselhos Estaduais - MT/GO:** Fernanda dos Santos Ferreira ([fernandaferreira@sema.mt.gov.br](mailto:fernandaferreira@sema.mt.gov.br));

**Conselhos Estaduais - RJ/SP:** Célia Regina Buono P. Poeta ([cpoeta@sp.gov.br](mailto:cpoeta@sp.gov.br));

**Conselhos Estaduais - DF/PR:** Waldir Fabrício dos Santos ([waldirfabricao@aguasparana.pr.gov.br](mailto:waldirfabricao@aguasparana.pr.gov.br));

**Conselhos Estaduais - AL/RN:** Nelson Césio Fernandes Santos ([nelsonemparn@gmail.com](mailto:nelsonemparn@gmail.com));

**Conselhos Estaduais - PA/AM:** Ausente;

**Conselhos Estaduais - MA/CE/PI:** Ausente;

**Irrigantes:** Gustavo dos Santos Goretti ([gustavo.goretti@cna.org.br](mailto:gustavo.goretti@cna.org.br));

**Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:** Paulo Roberto da Veiga Franco ([pfranco@sanepar.com.br](mailto:pfranco@sanepar.com.br));

**Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica:** Renato Júnio Constâncio  
([renato.constancio@cemig.com.br](mailto:renato.constancio@cemig.com.br));

**Indústria:** Ausente;

**Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:** João Carlos de Freitas Silva ([jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br](mailto:jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br));

**Organizações não governamentais:** João Clímaco ([fonasccbh@yahoo.com.br](mailto:fonasccbh@yahoo.com.br));

**Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa:** Tânia Lúcia Graf de Miranda  
([tania.miranda@lactec.org.br](mailto:tania.miranda@lactec.org.br)).

**DEMAIS PRESENTES:**

Antonio Costa Lima Junior ([juridico@aesbe.org.br](mailto:juridico@aesbe.org.br));

João Daniel de Andrade Cascalho ([joao.cascalho@mme.gov.br](mailto:joao.cascalho@mme.gov.br));

Maria Silvia Rossi ([mariasilvia.semadf@gmail.com](mailto:mariasilvia.semadf@gmail.com));

Marina Sabade ([marina.sabade@patri.com.br](mailto:marina.sabade@patri.com.br));

Paulo Germano ([paulo.germano@corsan.com.br](mailto:paulo.germano@corsan.com.br)).

**RELATORIA:** Antônio C. R. Miranda ([antonio.miranda@mma.gov.br](mailto:antonio.miranda@mma.gov.br)).

**Item 01 – Abertura/Informes:** O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, sugeriu uma rodada de apresentações entre os membros e passou a palavra à **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** que informou sobre realização da próxima reunião ordinária do CNRH nos dias 31/10 e 01/11, sendo que no dia 30/10 à tarde ocorrerá uma oficina que está sendo organizada pela ANA para apresentação sobre o 8º Fórum Mundial da Água e discussão do Projeto Legado junto aos Conselheiros e Presidentes das Câmaras Técnicas (CTs). O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)**, presidente da CTPOAR, informou sobre sua impossibilidade para participar na oficina do dia 30/10 em virtude de uma palestra que irá proferir no Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo (SIMAS) em São Paulo, sugerindo que o **Sr. Renato Constâncio (Concessionárias Hidrelétricas)** represente a CT na oficina, o qual se disponibilizou a fazê-lo. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** informou sobre um trabalho que a Agência vem conduzindo sobre a articulação da Política de Recursos Hídricos com a Política Nacional de Saneamento Básico, já que a ANA emite outorgas de lançamento de efluentes (diluição). Este trabalho se iniciou em Minas Gerais com envolvimento da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE) e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), e em articulação com a Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR), buscando a fortalecimento entre as agendas regulatórias por meio do estabelecimento de alguns parâmetros para as outorgas. Neste trabalho, estão comparando as outorgas existentes com o que está estabelecido: (i) nos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); (ii) nos contratos de concessão das companhias de saneamento; e (iii) no Atlas de Despoluição de Bacias Hidrográficas elaborado pela ANA. Com base nestas comparações feitas, chegou-se a metas que estão sendo pactuadas com a ARSAE e com as companhias, como a Copasa. Assim, foram verificadas as outorgas emitidas e a capacidade de tratamento que as companhias possuem, estabelecendo-se metas para a compatibilização do nível de tratamento requerido, e a ideia é de se estender este trabalho para outros estados. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** complementou que em algumas situações esta articulação e estabelecimento de metas é um grande desafio, como, por exemplo, no município de Ouro Preto, MG, onde não se cobra por serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, onde também há dificuldade de interferências nos sistemas existentes por envolver tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** informou também sobre uma oficina marcada para o dia 24/10 para a análise e repactuação das metas e prazos estabelecidos na última revisão do PNRH 2016-2020, na qual deverão participar os presidentes das CTs, os órgãos executores, e os parceiros/interlocutores.

**Item 02 - Repasse das atividades do GT Prioridades para a Outorga:** O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** informou sobre a oficina do GT Prioridades para a Outorga (02/10 à tarde e 03/10 pela manhã), em conjunto com a CTPNRH, na qual foram novamente discutidos diversos conceitos e os instrumentos da Lei n. 9.433/97 que caberiam na priorização para outorgas, decidindo-se iniciar os trabalhos colocando os pontos que seriam importantes de constar numa minuta de resolução sobre o tema. Assim, chegaram a estabelecer um “tripé” dos três pontos considerados na resolução: (i) o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) é o fórum adequado para tratar da matéria; (ii) o instrumento planos de recursos hídricos (planos de bacias) é onde deverá ser tratada a priorização, considerando diagnóstico e prognósticos com metas de curto, médio e longo prazo, onde serão indicadas as prioridades por meio de análises multicritérios, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos; e (iii) o balanço hídrico (não o realizado pelas autoridades outorgantes, mas o realizado por meio dos estudos de concepção dos planos de bacias) sinalizará o momento para a aplicação da priorização. Informou também que a representação das Indústrias encaminhou uma minuta inicial, mas que não entrou na pauta por ter sido encaminhada na véspera da reunião do GT. Assim, a ANA ficou responsável pela elaboração da minuta de resolução preliminar e a SRHQ ficou responsável pela elaboração do Parecer que acompanhará a minuta da resolução. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** complementou que, no dia 17/10 foi marcada uma videoconferência pelo GT para discussão destas minutas que serão produzidas, e que há perspectiva de uma reunião conjunta CTPOAR-CTPNRH no final de janeiro para fechamento das propostas de resolução e de parecer para encaminhamento para a reunião do CNRH que deverá anteceder o 8º Fórum Mundial da Água (março de 2018).

**Item 03 - Definição da próxima reunião da CTPOAR em face à agenda pré-estabelecida:** A **Sra. Roseli Souza**

(MMA/SRHQ) apresentou a proposta de programação do Seminário Nacional de Águas Subterrâneas, que ocorrerá em Salvador, BA, nos dias 21 a 24/11/2017. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** sugeriu adequar a programação do Seminário no último dia, passando as apresentações sobre outorgas de águas subterrâneas para a parte da manhã, permitindo a participação dos membros da CTPOAR nestas apresentações pela manhã e possibilitando sua reunião no mesmo dia na parte da tarde. Sugestões acatadas, contando com a concordância de todos, a reunião da CTPOAR ficou definida para os dias 23 (a tarde) e 24/11 (dia todo), sendo no dia 23 a reunião exclusiva CTPOAR para iniciar a revisão da Resolução n. 16/2001, e no dia 24 a reunião conjunta CTPOAR-CTAS, visando avançar nas discussões da proposta de Resolução sobre Gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. [Item 04 - Discussão e elaboração de Parecer sobre o “Projeto Legado - Desafios e Propostas para a Gestão das Águas no Brasil”](#), elaborado pela Agência Nacional de Águas: Iniciada a construção do parecer sobre a versão Zero.3 documento do Projeto Legado O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** questionou se as contribuições seriam apenas de cunho técnico nos itens dentro da competência da CTPOAR, considerando a possibilidade de também apresentar questionamentos de cunho legal e institucional ao Projeto Legado, e sugeriu a leitura ponto a ponto do documento e a anotação das contribuições numa proposta de parecer. O **Sr. Antônio Miranda (MMA/SRHQ)** informou que a CTAS, primeira Câmara Técnica a avaliar o documento, optou por apresentar em seu parecer manifestações não apenas de cunho técnico, mas também sobre as questões legais e institucionais, já a CTCT decidiu por não elaborar parecer, considerando que a ata da reunião, na qual foram apresentados questionamentos quanto ao Projeto Legado, contaria como sua contribuição. Portanto, o posicionamento e a forma de apresentar as considerações fica a critério de cada CT. Informou também que o **Sr. Nelson Santos (CERH-RN)** encaminhou previamente o documento do Projeto Legado versão Zero.3 com suas observações e questionamentos a respeito de diversos pontos. Os presentes concordaram em analisar este documento contendo as referidas contribuições pelo representante do CERH-RN. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** informou que não irá se manifestar sobre o Projeto Legado, já que este foi elaborado pela ANA, mas se colocou à disposição para esclarecimentos quando for possível, e colocou para reflexão se a CTPOAR deveria mesmo se manifestar sobre questões legais e institucionais, que são, na verdade, competência da CTIL. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** entendeu que a CTPOAR poderá se manifestar sobre questões de legalidade que estejam mais evidentes no documento, subsidiando também as discussões na CTIL e um futuro posicionamento do Conselho, que tem soberania quanto à análise e posicionamento final, o que contou com a concordância dos presentes. A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** lembrou da Oficina marcada para o dia 30/10 (prévia à reunião do CNRH) na qual os conselheiros e presidentes das CTs discutirão o Projeto Legado versão Zero.3 e poderão ocorrer as apresentações dos pareceres das CTs para subsidiar um possível posicionamento do CNRH sobre o referido Projeto. Sobre o “Item I.1. Coordenação regulatória em momentos de crise hídrica”, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** pontuou que existem questões de legalidade envolvidas, uma vez que a ANA passaria a ter prerrogativa para declarar situação de crise hídrica mesmo para bacias de domínio estadual, o que implica na ampliação do espectro de atuação da ANA na regulação das águas superficiais e subterrâneas de domínio dos estados, conflitando, portanto, com o disposto nos Arts. 20 e 26 da Constituição Federal de 1988, lembrando que leis e decretos não podem alterar diretamente as disposições constitucionais. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)**, não defendendo a proposta, esclareceu que a interpretação atual majoritária destes dispositivos constitucionais é que eles se referem apenas aos rios principais que constituem fronteira ou perpassam o território de mais de um Estado. No entanto, existe outra interpretação destes pontos constitucionais, como, por exemplo, de que as águas de fato de domínio estadual seriam apenas aquelas que nascem nos estados e desaguam nos oceanos, sendo portanto exclusivamente estaduais. Pontuou também que, não participou da elaboração do Projeto Legado, mas imagina que quem delineou esta proposta devia estar preocupado com a gestão integrada dos corpos hídricos à montante visando o não comprometimento da disponibilidade hídrica para os estados a jusante. Informou também que já existe um Decreto presidencial em tramitação para regulamentar a Lei n. 9.984/2000 no que cabe aos procedimentos para decretar necessidade de racionamento do uso de água em rios de domínio da União. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** reforçou que os dispositivos constitucionais são claros e por isso a conceituação/interpretação atual é

a mais aceita, e que a Constituição não dá esta prerrogativa de atuação por conveniência, ou seja, em situações de escassez, como está na proposta do Projeto Legado. Esclareceu que em Minas Gerais, quando se é emitida uma Deliberação Normativa decretando situação de criticidade hídrica, o Igam deixa de emitir outorgas, sendo necessário o monitoramento contínuo da situação até que ela se normalize para reverter essa condição de racionamento. Por fim, sobre este item (Art. 4º, Inciso XXIII da proposta do Projeto Legado) a CTPOAR decidiu incluir a seguinte consideração: Infringe os Arts. 20 e 26 da Constituição de 1988, quanto aos bens dos Estados e da União. Passando-se ao item seguinte (I.2), o **Sr. Nelson Santos (CERH-RN)** sugeriu incluir o monitoramento como um dos instrumentos dentro do Art. 5º da Lei n. 9.433/97. Sobre a proposta do Art. 27-A, §1º, do Projeto Legado, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** entendeu que este novo instrumento proposto (programas estratégicos de segurança hídrica) carece de maior esclarecimento sobre quais instituições se enquadram em “órgãos pertinentes”. Ainda sobre o instrumento “programas estratégicos de segurança hídrica”, a **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** e o **Sr. Paulo Germano (Concessionárias de Abastecimento)** observaram que foi colocado muito detalhamento na proposta, ficando muito extensa, sendo mais adequado se retirar esta proposta da Lei n. 9.433/97 e estabelecer uma legislação específica sobre o tema. A CTPOAR concordou com esta sugestão. Sobre o Item I.3, da criação de um Comitê Interministerial de Segurança Hídrica e Infraestrutura Hídrica (CINFRAH), o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** observou que esta proposta está com muito enfoque em ações de órgãos da União, não ficando claro como estas ações se darão no âmbito dos Estados, com o quê a CTPOAR concordou. Ainda sobre este Item I.3, o Sr. Renato Constâncio (Setor Elétrico) complementou que será necessária uma modificação na Lei n. 9.984/2000 para incluir a atribuição à ANA de Secretaria Executiva do CINFRAH. A CTPOAR também sugeriu adequações de redação nos Arts. 1º, 2º e 3º, e de seus respectivos parágrafos de forma a torná-los mais claros e coerentes. Além disso, por entender que a ANA é órgão vinculado a um Ministério, sendo que no Art. 3º a Agência assume papel deliberativo em relação aos ministérios proponentes, a CTPOAR também entendeu que isso pode gerar problemas jurídicos futuros. No Item I.4, Inciso IV do At. 2º, o **Sr. Nelson Santos (CERH-RN)** propôs excluir a parte referente a “todos aqueles com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório”, pois entendeu que seria impossível a identificação de todos os proprietários das terras pelos órgãos gestores, além de que não seria conveniente responsabilizar os proprietários das terras em detrimento da responsabilização do empreendedor responsável pela construção e operação da estrutura. Após muita discussão sobre este item, a maioria concordou com a redação da proposta como está, sendo que o **Sr. Nelson Santos (CERH-RN)** manteve sua posição contrária. Já quanto ao Inciso VI do Art. 4º, a CTPOAR considerou importante conceituar o quê a proposta considera como “falhas”. Quanto ao Parágrafo Único do Art. 3º, em que se propõe a revogação dos regulamentos do CNRH em caso de disposição contrária pelo CNSB, a **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** chamou atenção para a necessidade de se especificar que estes casos se referem apenas ao tema barragens. A **Sra. Maria Silvia (CERH-DF)** sugeriu a inserção de regras de transição para este tipo de revogação ou sobreposição de normas de diferentes conselhos. A CTPOAR concordou com estas sugestões. No Item II.2 - Papel e funcionamento do CNRH, alíneas e) e f) do Art. 2º, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** verificou que a representatividades dos setores indústria e pesca estavam desproporcionais em relação aos demais, sugerindo adequação na paridade entre as representações. O **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** sugeriu segmentar as representações da pesca artesanal/tradicional da pesca comercial e esportiva, separando também dos setores de lazer e turismo, entendendo que estes setores têm representações muito distintas dentro do sistema de recursos hídricos. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** sugeriu separar a pesca do segmento lazer e turismo, sendo que o setor pesqueiro já teria duas vagas que poderiam ser compatibilizadas entre os representantes da pesca artesanal e os da pesca comercial. Nesta mesma linha, o **Sr. João Daniel (MME)** sugeriu também segmentar o setor mineral e metalúrgico do setor industrial como um todo. Então, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** propôs também duas vagas para o setor mineral e de metalurgia, separadamente das duas vagas da indústria. A CTPOAR concordou com estas propostas. No § 2º do Inciso III, após muita discussão, o **Sr. João Daniel (MME)** sugeriu substituir o termo “obrigatoriamente” por “prioritariamente”, para evitar conflito com os casos dos estados que não possuem Conselhos de Recursos Hídricos ou nos quais os Conselhos não são atuantes, ainda assim,




se mantém fortalecida a ideia da indicação ser feita pelo Conselho Estadual. A CTPOAR concordou com a proposta. No Item III.1 - Implementação da Rede Nacional de Qualidade de Água (RNQA), o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** manifestou preocupação com a exigência da adequação dos bancos de dados pelos estados e com os custos associados, sugerindo que deveria haver um melhor esclarecimento sobre quem arcará com estes custos e sobre como se dará o compartilhamento dos dados e o acesso público, resguardando também a segurança dos dados primários, o que contou com a concordância da CTPOAR. Já no Item III.4 - Aperfeiçoamento da cobrança pelo uso da água, foi sugerida apenas uma correção na numeração do Art. 5º para o Art. 8º da Resolução CNRH n. 48/2005. No Item IV.5 - Outorga de diluição de efluentes, o **Sr. Luiz Henrique (ANA)** lembrou sobre a Resolução CNRH n. 140/2012, que já trata de outorga para lançamento de efluentes com fins de diluição, que considera a metodologia de balanço de massa. Esclareceu também que a Lei n. 9.433/97 se difere da Política de Meio Ambiente no sentido de que permite a outorga para lançamento inclusive de esgoto bruto (sem tratamento), quando couber, ou seja, quando a vazão do corpo hídrico permitir a diluição do esgoto bruto, e que a proposta contida no Projeto Legado pretende que este tipo de outorga não aconteça mais, sendo que a ANA vem buscando a articulação com a Política de Saneamento com intuito de viabilizar a implementação dos sistemas de coleta e tratamento de efluentes nos municípios que não teriam condição para fazê-lo sem um suporte de órgãos como FUNASA e MCidades. Informou também que a ANA optou em 2015 por emitir outorga de efluente baseando-se em 4 parâmetros: DBO; Coliformes, em alguns estados; Nutrientes, em corpos hídricos sujeitos a eutrofização; e Temperatura, no caso dos efluentes industriais. Assim, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** sugeriu duas correções de texto na proposta como um todo: (i) corrigir para “emissão de outorga de lançamento de efluentes com fins de diluição” onde está escrito apenas “outorga de diluição de efluentes”; e (ii) corrigir para “órgão ou entidade outorgante” onde é citado apenas “órgão outorgante”. Sugeriu também a inclusão no Art. 3º da seguinte frase no final do caput: “sem prejuízo de eventual penalidade quando couber”, como o que todos concordaram. Já no § 2º do Art.5º, sugeriu que o prazo para cumprimento da meta final das condicionantes deve ser menor que o prazo de vigência da outorga. E no § 3º deste mesmo artigo entendeu que se existem penalidades previstas, estas “deverão”, e não apenas “poderão”, ser cumpridas, sugerindo esta substituição dos termos indicados. No Art.6º e em seu Parágrafo único, sugeriu que a redação deve esclarecer os conceitos de “bacias de especial interesse para gestão” e de “solução integrada”. Também sugeriu melhorar a redação do Parágrafo único como um todo para não deixar o entendimento de que os corpos hídricos incompatíveis com usos mais exigentes (já poluídos) sejam alvo prioritário para a diluição de efluentes de forma indiscriminada. A CTPOAR concordou com todas estas sugestões. Sobre o Art. 7º, o **Sr. Luiz Henrique (ANA)** lembrou da Resolução CNRH n. 141/2012 que trata de outorga em rios intermitentes e efêmeros, informando que a ANA elaborou uma Resolução para detalhar seus procedimentos de emissão outorga em acordo com a referida Resolução do CNRH, estabelecendo que o tratamento mínimo requerido para lançamento de efluentes em rios intermitentes e efêmeros seria o mínimo exigido na Resolução CONAMA 430/2010, ou seja, com eficiência de 60% de remoção de DBO, não havendo portanto estudo de balanço de massa nestes casos. Quanto aos Itens III.6 - Incentivos econômicos e III.7 - Fiscalização, nos Incisos VII e VIII do Art. 5, a CTPOAR observou a necessidade, a exemplo dos demais instrumentos da Lei n. 9.433/97, de se criar um detalhamento sobre estes novos instrumentos propostos para a Lei no capítulo que trata de seus instrumentos. Sugeriu também especificar no Inciso VII o termo “gestão sustentável”, sob o ponto de vista legal, considerando-se as questões ambientais, sociais e econômicas. No Item III.8 - Proteção de recursos hídricos especiais, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** propôs apenas substituir o termo “correntes de água” por “cursos de água”, para compatibilizar com o que está disposto no Parágrafo Único deste mesmo Art. 1º. Ao final da análise pela CTPOAR, com uma abstenção pelo **Sr. Luiz Henrique (ANA)**, o parecer foi aprovado, recomendando seu encaminhamento como subsídios técnicos ao CNRH sobre o Projeto Legado. **NOTA:** Maiores detalhes do parecer que foi elaborado podem ser acessados no documento disponível no portal do CNRH entre os documentos da 116ª Reunião CTPOAR. Por fim, a Sec. Executiva ficou de enviar a minuta do parecer por e-mail para mais contribuições pelos representantes da CT. [Item 05 - Encaminhamentos e Encerramento da reunião:](#) O **Sr. Thiago**

**Santana (CERH-MG)** lembrou alguns dos encaminhamentos do dia: (i) a Sec. Executiva do CNRH enviará a minuta do Parecer sobre o Projeto Legado versão Zero.3 para que os membros possam dar contribuições e fechar o Parecer até o dia 25/11, antes na Oficina prévia à 38ª Reunião do CNRH (30/11); (ii) a Sec. Executiva do CNRH enviará convite ao **Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP)** para apresentação na próxima reunião da CTPOAR (23/11 em Salvador, concomitante ao Seminário) sobre experiências e aprimoramentos na aplicação da outorga em São Paulo, para embasar a revisão da Resolução CNRH n. 16/2001; (iii) a ANA ficou de elaborar para a próxima reunião uma minuta “zero” para início das discussões da revisão da Resolução CNRH n. 16/2001; e (iv) a próxima reunião da CTPOAR será em Salvador, BA, na ocasião do Seminário Nacional de Águas Subterrâneas, sendo que no dia 23/11 (quinta-feira à tarde) será a reunião exclusiva da CTPOAR, e no dia 24/11 (sexta-feira dia todo) a reunião conjunta CTPOAR-CTAS. Por fim, encerrou a reunião agradecendo aos presentes pela colaboração nos trabalhos.

Ata aprovada na 117ª reunião, realizada nos dias 23 e 24 de novembro de 2017.



**Thiago Figueiredo Santana**  
Presidente da CTPOAR



**Antônio Calazans Reis Miranda**  
Relator da CTPOAR